



SINDICATO NACIONAL
E DEMOCRÁTICO
DOS PROFESSORES

Excelentíssimos Senhores:
Primeiro-Ministro
Ministro da Educação
Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Ministro de Estado, da Economia e da Transição
Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Secretário de Estado da Administração Pública
Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas
Secretário Regional de Educação, Ciência e Tecnologia da Região Autónoma da Madeira
Secretária Regional da Educação da Região Autónoma dos Açores
Presidente do Instituto Camões, IP

PRÉ-AVISO DE GREVE 5 DE NOVEMBRO DE 2021

Das zero horas de dia 5/11/2021 às vinte e quatro horas de dia 5/11/2021

Pelo cumprimento do Direito à Negociação!

Professores denunciam falta de diálogo, exigem o cumprimento do direito a uma negociação efetiva e rejeitam ser classificados de “heróis”, mas tratados como proscritos

O fim da pandemia não trouxe nenhuma alteração à ausência de qualquer diálogo negocial entre o Ministério da Educação e os sindicatos representativos dos profissionais do sector.

Os pedidos de reunião, as propostas e as sugestões do SINDEP, não mereceram sequer a resposta que o espírito cívico e a ética democrática sugerem.

Assim, os profissionais da educação, sem qualquer atualização salarial há muitos anos, vêem o seu poder de compra e o seu nível de vida degradar-se diariamente e são confrontados com um aumento, inegociável para o governo, de 0,9% que não cobrirá os brutais aumentos que já estão a verificar-se nos combustíveis e na eletricidade doméstica.

Av. Almirante Reis, 75 – Piso -1 Dto 1150-012 LISBOA
Telef. 218 060 198 Fax 218 283 317 Email geral@sindep.pt
www.sindep.pt www.facebook.com/feneisindep.educacao





**SINDICATO NACIONAL
E DEMOCRÁTICO
DOS PROFESSORES**

Os professores e educadores exigem a revalorização salarial da sua carreira, para que o tão apregoado “trabalho digno” não seja apenas um slogan eleitoral;

Os professores e educadores exigem a regularização dos seus horários de trabalho, de modo a que toda a atividade desenvolvida diretamente com os alunos seja integrada na componente letiva. As horas previstas no artigo 79.º do ECD, variáveis com a idade e tempo serviço, deverão integrar a componente individual de trabalho. As atividades não letivas desenvolvidas na escola ou fora dela, como reuniões e formação contínua, deverão ser contabilizadas na componente não letiva de estabelecimento;

Os professores e educadores exigem a aprovação de medidas que combatam o reconhecido envelhecimento da classe e o desgaste que os afeta, devendo as negociações com vista à aprovação de um regime específico de aposentação ter início, de imediato. Esta medida deverá, simultaneamente, permitir o indispensável rejuvenescimento da profissão e fazer face à falta de docentes já presente em alguns grupos de docência;

Os professores e educadores exigem um regime de concursos anual, justo, simples e transparente, bem como a negociação anual de abertura de vagas de quadro de acordo com as necessidades reais das escolas;

Os professores portugueses no estrangeiro exigem o fim da discriminação e tratamento desigual que o Ministério da Educação legitima;

Os professores exigem, ainda, um reposicionamento justo na carreira, garantindo a todos os docentes que a tempo de serviço igual corresponde igual posicionamento na carreira. Exigem o fim do estrangulamento das carreiras provocado pela fixação de vagas para progressão aos 5.º e 7.º escalões;

Os professores exigem também a contratação definitiva de docentes como forma de efetivo combate à precariedade, não esquecendo a ilegalidade existente no ensino superior com os casos de precariedade objeto de regularização em sede de CAB e que continuam, há quase um ano, à espera de homologação;

Os professores e educadores assistem, com apreensão, à apresentação de um OE para 2022 que é praticamente omissivo em relação ao sector da educação, às suas necessidades e aos seus profissionais.

Apesar de com o fim da pandemia o Ministério da Educação ter vindo classificar como “heróis” os profissionais da educação, pela forma abnegada, generosa e profissional como se empenharam em minimizar as consequências da mesma para toda uma geração de



**SINDICATO NACIONAL
E DEMOCRÁTICO
DOS PROFESSORES**

alunos, na prática continua a ignorá-los e tratar os seus legítimos representantes como proscritos.

Face à situação que se descreve, o Sindicato Nacional e Democrático dos Professores - SINDEP, ao abrigo do artigo 57.º da Constituição da República Portuguesa e nos termos do artigo 530.º e seguintes do Código de Trabalho e dos artigos 394.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, convoca uma Greve Nacional dos Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário e Superior, que exercem a sua atividade em serviços públicos ou de resposta social, em todo o território nacional ou no Ensino Português no Estrangeiro.

Esta greve terá o seu início às zero horas de dia 5 de novembro de 2021 e prolongar-se-á até às 24 horas de dia 5 de novembro de 2021.

Nenhum docente pode ser impedido de aderir à greve, independentemente do serviço que lhe estiver atribuído, nem há lugar à fixação de serviços mínimos. Para os devidos efeitos legais, caso os membros dos órgãos de gestão, no uso dos seus direitos, adiram a esta greve, ficará responsabilizado pela segurança do edifício e de todas as pessoas que nele permaneçam o docente do quadro de nomeação definitiva mais antigo da escola ou do agrupamento que não se encontre em greve.

Lisboa, 20 de outubro de 2021

O Secretário-geral do SINDEP,

João Rios